

O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO E A PANDEMIA DE COVID-19

Dalila Andrade Oliveira (UFMG) – dalilaufmg@yahoo.com.br

Hedgard Rodrigues da Silva (UFPB) – hdgsilva@yahoo.com.br

RESUMO: O texto reflete sobre o trabalho docente no contexto da pandemia de Covid-19 com o objetivo de apresentar o contexto da educação pública da rede estadual de ensino da Paraíba com observações iniciais sobre o pós-pandemia. Os resultados configuram-se no recorte dos dados com ênfase na rede de ensino estadual da Paraíba na pesquisa *Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica*, desenvolvida pelo Grupo de Estudo sobre Políticas Públicas e Trabalho Docente em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, acrescido de relatos docentes sobre o ensino durante e após o período de aulas não presenciais. A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo. O trabalho docente durante a pandemia de Covid-19 no contexto da rede estadual de ensino da Paraíba mostrou-se proporcional no que se refere à intensificação e precarização, tanto em relação às condições ofertadas pelo sistema público de ensino, às intervenções docentes e à participação estudantil. Observa-se como desdobramento do período pandêmico a defasagem na aprendizagem dos estudantes, carecendo de políticas educacionais que possibilitem à escola reforçarem o ensino sem sobrecarregar mais os docentes, além da necessidade de investimentos na área de tecnologia digital da informação e comunicação.

Palavras-chaves: Trabalho docente. Pandemia Covid-19. Ensino Médio

Introdução

O presente trabalho traz reflexões sobre o trabalho docente no contexto da pandemia de Covid-19, resultado de aspectos considerados durante o desenvolvimento da pesquisa de tese *A regulação do trabalho no Programa de Educação Integral da Paraíba: a percepção dos docentes*, defendida em dezembro de 2022. O objetivo desta publicação é apresentar o contexto do trabalho docente na educação pública da rede estadual de ensino da Paraíba, durante o período de pandemia da COVID-19 e apresentar observações iniciais sobre o pós-pandemia.

Os resultados apresentados estão relacionados às características, consequências e mudanças no trato com as atividades, as ferramentas e metodologias utilizadas nas aulas não presenciais, os apoios e suportes recebidos, mais as percepções docentes sobre a realidade educacional pós-pandemia, coletados através de entrevistas sobre os aprendizados e desdobramentos para o trabalho docente e a formação da juventude.

A pesquisa de tese, integrada aos trabalhos do Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG), utilizou-se dos dados da pesquisa *Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica*, desenvolvida pelo Gestrado em 2020, realizada em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sendo apresentado o recorte dos dados com ênfase na rede de ensino estadual da Paraíba, juntamente com relatos docentes sobre a realidade educacional durante e após o período em que ficaram suspensas as aulas presenciais.

A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica abarcou estudos sobre a fundamentação teórica sobre o trabalho docente durante a pandemia no contexto da educação básica brasileira. O levantamento documental possibilitou compreender como o governo do estado da Paraíba deliberou a respeito das orientações à educação no período pandêmico. Na parte empírica, além dos dados da pesquisa *Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica*, foram utilizados relatos de 15 docentes, trabalhadores de uma escola pública de Ensino Médio em tempo integral da rede estadual da Paraíba, coletados de forma individual, por meio de entrevista, orientada em dois pontos: 1. O trabalho docente durante a pandemia: como foram desenvolvidas as aulas, as ferramentas utilizadas, os apoios, as políticas públicas empreendidas pelo Estado para suporte, a comunicação com os estudantes e a avaliação e 2. Consequências e aprendizados para o processo de ensino e a organização da escola pública no momento de retorno as atividades presenciais no pós-pandemia.

O contexto brasileiro durante a pandemia de covid-19 e a estratégia do ensino remoto

A pandemia da COVID-19 exigiu da população mundial posturas para evitar o contágio e proliferação do coronavírus como o isolamento social, a quarentena, o uso de máscaras, lavar a mão com água e sabão, higienização com álcool gel, estratégias orientadas pelos especialistas infectologistas, afetando a dinâmica da vida em diversos aspectos.

A pandemia que assolou todos os continentes e diversos países devastou particularmente o Brasil diante da precária condição de vida da grande parte da população. Muitos trabalhadores informais ou com vínculos de trabalho instáveis passaram por diversas dificuldades sem a garantia de direitos diante da necessidade de ficar em casa e fazer o isolamento social.

A pandemia atingiu o Brasil perante as condições de pobreza e miséria da população, da precária situação do Sistema Único de Saúde (SUS), alargada com o congelamento dos gastos públicos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, o desfavorável quadro das habitações para cumprir o isolamento social, sem boas estruturas de ventilação, saneamento e água encanada e potável, o grave cenário dos moradores de rua, sem cuidados e assistência à saúde, e a instabilidade política (PEIXOTO *et al*, 2019). Segundo Oliveira; Pereira Junior (2020), no Brasil, o contexto política durante a pandemia, agravou ainda mais as condições de desigualdades de enfrentamento à crise pandêmica.

O Governo tem se demonstrado incapaz de responder eficientemente às exigências impostas pelas crises sanitária e econômica, aprofundadas com a chegada da pandemia. Desde o golpe de Estado ocorrido em agosto de 2016, quando foi levado a cabo o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff que colocou Michel Temer, o então vice-presidente, no comando do Governo Federal, foi mudado o rumo do País. A partir desse evento, temos enfrentado uma política de austeridade econômica que compromete a sobrevivência de milhões de brasileiros(as) (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020, p. 722).

No Brasil, o isolamento social foi adotado como medida de prevenção contra o contágio de acordo com as determinações dos dirigentes municipais e estaduais, diante das controvérsias do governo federal na tomada de providências para conter o avanço da doença. Segundo Nepomuceno e Agebaile (2021, p. 204), o governo negacionista de Jair Bolsonaro não teve “capacidade de planejamento, gestão e coordenação política da crise sanitária e de seus impactos econômicos”. O presidente Bolsonaro chamou a doença do coronavírus de “gripezinha”, desrespeitou o uso de máscara, fez aglomerações, incentivou o uso de medicamentos sem nenhuma comprovação científica de eficácia, agiu com negacionismo a crise sanitária, com desprezo e desrespeito as orientações de infectologistas e da Organização Mundial de Saúde (OMS), comportando-se com desprezo e descuido à vida, num país que atingiu mais de 700 mil mortos por Covid-19 (Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2023).

As instituições de ensino foram atingidas pela pandemia com a suspensão das aulas, o que impossibilitou o acesso aos espaços físicos de integração e formação, não possuíam nenhum plano estratégico e adotaram as aulas remotas (aulas não presenciais, aulas à distância) como forma de manter as atividades de ensino. Segundo Saviani e Galvão (2021, p. 38), o ensino remoto é o ensino à distância numa situação de excepcionalidade.

A expressão ensino remoto passou a ser usada como alternativa à educação à distância (EAD). Isso, porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o 'ensino' remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita.

O ensino remoto se configurou em diferentes atividades que se diversificaram de acordo com os “suportes institucionais oferecidos pelas redes de ensino para sua realização. Esses suportes variam desde a confecção de apostilas e manuais com atividades impressas até a oferta de ambiente virtual de ensino” (OLIVEIRA, 2020, p. 35).

As secretarias estaduais e municipais, junto a seus conselhos ficaram responsáveis pela elaboração das orientações legais para o ensino remoto na busca por garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos. O Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CNE/MEC) emitiu o parecer nº 5/2020 no qual autorizava o ensino remoto e possibilitava as instituições escolares de flexibilizar o calendário para ampliação do ano letivo, além de fazer algumas sugestões de atividades. Para o ensino fundamental e médio, elas deveriam estar alinhadas as habilidades e competências presentes na BNCC, podendo ser realizadas com “utilização de TV aberta, distribuição de vídeos educativos, uso de plataformas digitais, acesso a mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.)” (BAZZO, 2020, p. 43), mas sem nenhuma garantia de contrapartida do MEC em relação a estruturação do espaço escolar e da formação dos professores.

A partir das medidas adotadas pelo Governo Federal na Portaria nº 343/2020 que autorizou, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, por aulas que utilizassem meios de tecnologias digitais de informação e comunicação, o governo do estado da Paraíba, após decretar fechamento das escolas, adotou a mesma orientação, possibilitando a realização de aulas remotas por meio do uso de tecnologias digitais, publicados na Portaria da Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia nº 418 - Regime Especial de Ensino - de 17 de abril de 2020 (FERNANDES; PATRÍCIO; PATRÍCIO, 2022).

Para a educação no período pandêmico baseada no ensino remoto era necessário que houvesse condições para seu funcionamento como explicitam Saviani e Galvão (2021, p. 38):

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., em que pesem as discordâncias que temos com o ensino não presencial (...), determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam

devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais.

Oliveira (2020, p. 34) ao analisar a conjuntura precária em relação à efetivação do ensino remoto, chama a atenção para as condições da oferta da educação e do trabalho docente que foram transferidos para realidade das casas dos professores e estudantes.

Essa realidade inteiramente nova para os docentes, mas também para os gestores educacionais, revelou um conjunto de situações desconhecidas (ou ignoradas) até então, que interfere consideravelmente na organização do trabalho pedagógico e que exige novas e diferentes condições de trabalho. Desde a ausência dos meios necessários para o pleno desenvolvimento das atividades, ou seja, a falta de equipamentos adequados, como computadores, *tablets*, microfones e câmeras, a conexão de redes de internet, a formação insuficiente para lidar com os programas e os recursos tecnológicos, a pouca (ou total ausência de) experiência com ambientes virtuais, até questões relacionadas ao suporte pedagógico para a realização do trabalho.

Dessa maneira, o ensino remoto alavancou ainda mais a fatigante situação da educação e ampliou as desigualdades. A oferta do ensino remoto não foi igual para todos, isso reflete a “oferta desigual dos nossos sistemas escolares em termos de acesso a fatores como recursos tecnológicos, apoio pedagógico, suporte à nutrição, entre outros” (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020, p. 722). Os estudantes em situação de pobreza, a grande maioria estudantes de escolas públicas, sofreram ainda mais, diante da falta de condições, sem computador ou *smatphone* para acessar as aulas, ou falta de conexão de internet em casa, ou um ambiente adequado para estudo, ainda tendo que se preocuparem com as condições de existência. Segundo Saraiva; Nonato; Braga (2021, p. 304), essa desigualdade alcançou também a “condição docente, sobretudo, nas questões relativas ao acesso digital, à intensificação do trabalho, ao domínio do conhecimento e ao acesso à materialidade para o uso das tecnologias na educação”.

No contexto da pandemia de Covid-19, segundo Oliveira (2020, p. 39), o trabalho docente se revelou bastante precário “tanto do ponto de vista da capacidade de suporte das redes públicas de ensino e da capacidade de adaptação dos professores, quanto da participação e acompanhamento por parte dos estudantes”. O ensino remoto ocorreu num quadro de empobrecimento do trabalho pedagógico, pois, além da limitada interação dos participantes diante de uma imagem em tela plana, limitou-se o aprofundamento dos conteúdos e as abordagens pedagógicas de ensino (SAVIANI; GALVÃO, 2020), porém, oportunizou uma

quantidade volumosa de contratos com empresas de plataformas digitais como a *Google for Education* (NEPOMUCENO; ALGEBAIL, 2021).

O trabalho docente na Paraíba durante o período pandêmico e algumas observações iniciais sobre o período pós-pandêmico

A rede estadual de ensino da Paraíba na pesquisa *Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica* contou com a participação de 461 docentes trabalhadores do estado paraibano, sendo a maioria do sexo feminino (79%) com idades variadas: até 40 anos – 51%, entre 40 e 60 anos – 48% e mais de 60 anos – 4%, estando a maior parte trabalhando nos segmentos da Educação Básica: Ensino Médio e Ensino Fundamental Anos Iniciais, como mostra o gráfico 1. Percebe-se a presença feminina no contexto educacional e o grande número de docentes jovens.

Gráfico 1 – Segmentos da Educação Básica.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

A maioria dos docentes (83%) assinalou ter alguma experiência anterior com aulas não presenciais e que em relação ao uso de tecnologias digitais a maioria apontou sentir o grau de dificuldade regular, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Relação com uso de tecnologias digitais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

A partir dos dados apresentados sobre o contexto paraibano, a dificuldade em lidar com as ferramentas digitais não foi um fator problemático para alguns docentes, mas para outros, àqueles que não tinham facilidade, é possível que tenha contribuído para sobrecarga de trabalho. Segundo Oliveira (2020) e Oliveira; Pereira Junior (2020), o trabalho docente no período pandêmico foi intensificado diante do aumento da carga de trabalho, apresentado no aumento das horas dedicadas na elaboração das aulas com o agravamento da falta de experiência na organização de aulas virtuais ou habilidades para lidar com as tecnologias.

A dificuldade em lidar com ferramentas digitais e a ausência de formação específica para a utilização de tecnologias para o ensino remoto podem acarretar um aumento do tempo de trabalho para a realização das aulas, o que resulta em aumento das horas dedicadas ao trabalho, portanto, em sobrecarga (OLIVEIRA, 2020, p. 35).

As experiências anteriores com o uso de tecnologias digitais, situadas pelos docentes, foram somadas com a formação ofertada pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) que contou com a participação de 85,6% dos respondentes (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Participação em formação para o uso de tecnologias digitais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

No intuito de ajudar os professores na realização das aulas remotas e planejamento pedagógico, o governo da Paraíba ofertou curso de aperfeiçoamento para utilização das tecnologias educacionais. Nas entrevistas, os docentes citaram a participação na formação, mas alguns consideraram que além de ter sido breve, foi ofertada depois de iniciado muitos estudos por conta própria, existindo algumas iniciativas colaborativas quando havia pedidos de ajuda. Segundo Fernandes; Patrício; Patrício (2022), além do curso, outras providências foram tomadas, como a criação da plataforma online “Paraíba Educa”, que reuniu informações sobre o funcionamento do Regime Especial de Ensino aplicado durante a pandemia de Covid-19, o uso do Google Classroom, o Educa (aplicativo próprio do governo),

as redes sociais e vídeo-aulas exibidas por canal aberto de televisão, sendo disponibilizado material adaptado para estudantes com deficiência visual. Com relação a pessoas com deficiência, no recorte dos dados da rede estadual da Paraíba, a maioria dos docentes (85%) respondeu que não possuíam estudantes com deficiência. Os que assinalaram trabalhar com alunos com deficiência, 11% apontou que fez adaptações nas atividades propostas e 4% não realizou nenhum tipo de adaptação.

Os professores apontaram, em sua maioria, que realizaram as atividades não presenciais em casa (92,2%), sendo que 1,7% disse que as fizeram na escola e 6,1% que não as realizaram, pois foram suspensas. Dentre as atividades realizadas, aparecem com destaque: elaboração de atividades para serem enviadas aos estudantes (19%), reuniões com gestores da escola (18,5%), realização de aulas remotas ao vivo (16,4%), leitura/Correção de trabalhos enviados pelos estudantes (15,7%), reuniões com colegas (14,9%), além de outras, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Atividades realizadas durante o período de interrupção das aulas presenciais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

A diversidade de demandas no ensino remoto, demonstradas principalmente na elaboração de atividades a serem enviadas aos estudantes, junto com a realização de aulas

online, a leitura e correção dos materiais enviados aos estudantes e a reunião com gestores e colegas demonstram o nível de sobrecarga vivido pelos docentes na Paraíba. O processo de sobrecarga de trabalho denuncia a intensificação laboral com aumento da exigência do cumprimento de tarefas e compromissos, como ficaram os docentes “abarroados de trabalhos para corrigir, mensagens de e-mails e aplicativos, fóruns de ambientes virtuais e outros para dar conta” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 43). Essa intensificação atingiu de sobremaneira as professoras que assumiram num mesmo espaço com ampliação da jornada de trabalho, diferentes funções envolvendo a docência e o cuidado (BORGE; JORGE; ARAÚJO, 2021).

Sobre como os professores organizaram suas atividades com os alunos (Gráfico 5), a maioria indicou que seguiu o planejamento estipulado pela SEE (31,8%), mas que também adaptaram o conteúdo estipulado em atividades a serem realizadas com autonomia ou mínimo de apoio (23,8%), realização de atividades de revisão de conteúdos trabalhados antes do início da quarentena (16,7%), realização de atividades diferentes envolvendo jogos, experiências e elementos mais lúdicos (16,4%) e em menor percentual, indicaram a manutenção do planejamento e conteúdos estipulados antes do início da quarentena (10%) e a priorização de conteúdos estipulados pelos sistemas de avaliação (1,3%).

Gráfico 5 – Atividades com alunos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que houve um plano orientado pela SEE em que boa parte dos docentes organizou suas atividades e estas em sua maioria

levaram em consideração a possibilidade de realização autônoma do estudante, a revisão de conteúdos e a realização de atividades lúdicas.

A maioria dos professores concordou que as aulas não presenciais (aulas à distância): permitiram que os estudantes tivessem atividades para fazer em casa (77%), que as aulas possibilitaram a continuidade aos conteúdos que precisavam ser trabalhados (56%), que as aulas possibilitaram contato com os estudantes e famílias (66%), que as aulas justificaram o recebimento do salário mensal (66%), que para as aulas, os estudantes não tiveram acesso aos recursos necessários para acompanhar as aulas e realizar as atividades (66%) e que as famílias não conseguiram realizar a mediação necessária para garantir a execução das atividades propostas e a aprendizagem (64%). A minoria concordou que as aulas garantiram que não seria necessário repor aulas (40%) e que os estudantes não tiveram autonomia para acompanhar os conteúdos e atividades (40%) (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Aulas à distância.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

Os docentes assinalaram, em grande maioria (71%) que possuíam internet banda larga em casa e que o maior recurso utilizado para as aulas não presenciais foi o notebook (64,3%), seguindo do celular (28%). Nas entrevistas, os docentes relataram que fizeram gastos pessoais

para conseguir dar aulas online, seja com compra de notebook, celular, melhoria da internet em casa e no celular, compra de quadro digital, entre outras providencias necessárias para ambientalizar um espaço da casa para interagir virtualmente com os estudantes. As informações corroboram com o que aponta Oliveira (2020) ao afirmar que os docentes precisaram custear os mecanismos necessários para trabalhar de casa: pagar a internet, a energia, comprar um computador ou *smartphone* compatível para conseguir dar as aulas remotas e ambientar um espaço improvisado e adequado para os vídeos.

A respeito da participação estudantil nas atividades propostas, 52% os docentes apontaram que diminuiu um pouco, 29% que diminuiu drasticamente, 13% que se manteve igual e 6% que aumentou. Para os professores, em sua grande maioria (92%), a não participação dos estudantes se deu por falta de acesso à internet e aos demais recursos necessários para as aulas remotas, enquanto 8% apontou a desmotivação como justificativa para não realizar as atividades. Os relatos docentes apresentaram no mesmo sentido, revelando que faltava recurso para os estudantes acompanharem as aulas e, além disso, alguns tiveram que trabalhar e outros realizarem tarefas domésticas ou cuidar dos irmãos no momento da aula.

Sobre os conteúdos trabalhados nas aulas não presenciais, 69% dos professores acreditavam que ao final das aulas remotas necessitariam retomá-los parcialmente, 21% que os mesmos teriam que ser trabalhados novamente integralmente e 10% que os conteúdos teriam sido realizados com sucesso (Gráfico 7). Nas entrevistas, ao falarem sobre o ensino após a pandemia, os docentes confirmam a porcentagem da maioria, da necessidade de retomar os conteúdos.

Gráfico 7 – Sobre os conteúdos ao final das aulas não presenciais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

Os professores ficaram divididos em 50% sobre a afirmação da presença institucional em relação ao suporte emocional e psicológico, no entanto, nos relatos docentes foi colocado

que houve mais pressão do que apoio institucional. Mas sobre o sentimento em relação ao trabalho durante a pandemia (Gráfico 8): 31% apontaram medo e insegurança por não saber quando e como será o retorno à normalidade, 29% angústia em relação ao futuro, 21% tranquilidade, tendo a certeza de que logo a normalidade seria retomada, 11% solidão, em razão do isolamento social e 8% apreensão em relação à perda de direitos e garantias. Os dados revelam a mistura de sentimentos vivenciados durante a pandemia, variando entre o medo, a angústia e a esperança de que tudo passaria, refletindo-se também em processos de adoecimento na saúde mental dos trabalhadores em educação.

Gráfico 8 – Sentimento em relação ao trabalho, durante a pandemia.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica” (2023).

O processo do retorno às aulas presenciais nas escolas públicas ocorreu, em alguns casos, sem que as condições adequadas de garantia dos cuidados necessários exigidos pelos especialistas infectologistas. Segundo Nepomuceno e Agebaile (2021), o chamado ao retorno às aulas presenciais em diversos momentos ocorreu de maneira descabida, num cenário que pôs em risco a vida de docentes, estudantes e seus familiares.

Sem que as condições de funcionamento das escolas tenham se alterado, sem que os índices de contágio estejam em franco descenso e sem que a vacinação sequer dos primeiros grupos prioritários tenha sido concluída, os trabalhadores da educação em todo

o país estão sendo chamados para retomarem o ensino presencial e forçados a uma espécie de escolha de Sofia, imposta por empresários e governantes das redes públicas estaduais e municipais, como se a garantia do direito das crianças e jovens à educação estivesse sendo impedida pelos professores e professoras, quando lutam para que o retorno à escola não seja feito ao custo da exposição irresponsável das vidas dos alunos, dos docentes, dos demais profissionais da escola, de seus familiares e demais sujeitos dos seus círculos de convívio (Nepomuceno e Gebaile, 2021, p. 207).

Durante a pandemia, os professores se mobilizaram para garantir que o retorno às salas de aula ocorresse após tomar as duas doses da vacina. Na Paraíba, as entidades sindicais da educação do estado e municípios se uniram no Comitê Educacional em Defesa da Vida e deliberaram que o retorno às atividades presenciais nas escolas públicas, ocorreria apenas após a ampla vacinação dos trabalhadores da Educação (Notícia disponível em: <http://www.confetam.org.br/noticias/retorno-as-aulas-presenciais-so-com-a-vacina-45ba/>. Acesso em: 10/09/2021.).

A proposta do ensino híbrido foi outra dificuldade diante da ausência de material nas escolas e conexão de internet que garantisse a transmissão das aulas a partir do ambiente institucional, além de intensificar ainda mais o trabalho dos professores que tiveram que dar aula aos presentes em sala, aos que estavam em ambiente virtual e ainda encaminhar atividades àqueles que não se sentiram seguros em retornar ao espaço escolar e não conseguiram acessar as aulas virtuais.

A partir das entrevistas realizadas com docentes, a realidade educacional mencionada para o período pós-pandemia, enuncia algumas observações iniciais sobre esse contexto. Os professores empregam em suas aulas materiais produzidos durante a pandemia como páginas da web, sites, blogs, apresentações em PowerPoint, vídeos e outros materiais, bem como, continuam a usar algumas das ferramentas tecnológicas que aprenderam para as aulas remotas (canva, powerpoint, youtube, kahoot, drive, entre outras), no entanto, a estrutura da escola, que continua com falta de internet e dispositivos tecnológicos, impossibilita o aproveitamento de muitas das ferramentas digitais. Ficou evidente a necessidade de retomar os conteúdos e revisá-los, pois os estudantes apresentam muitas dificuldades de compreensão de matérias que requerem conhecimentos que deveriam ter aprendido em séries anteriores, cursadas durante o ensino remoto, porém, as dificuldades dos estudantes da escola pública, somadas a prática da promoção dos mesmos para série adiante, mesmo que não tenha acessado as aulas ou realizado as atividades remotamente, resultou numa problemática que ainda carece de atenção

às políticas educacionais que ajude na educação desses estudantes e não deixe na responsabilidade dos docentes que estão cada vez mais sobrecarregados.

Conclusões

O trabalho docente durante a pandemia de Covid-19 no contexto da rede estadual de ensino da Paraíba mostrou-se proporcional no que se refere a intensificação e precarização, tanto em relação às condições ofertadas pelo sistema público de ensino, às intervenções docentes e à participação estudantil, mas com o diferencial de que boa parte dos docentes possuíam conhecimentos para o uso dos equipamentos tecnológicos, mas o que não poupou a existência da sobrecarga de trabalho, acompanhada pela pressão institucional e um misto de sentimentos em relação ao presente e ao futuro vividos durante a pandemia.

Foram muitos os desafios educacionais enfrentados durante o período de aulas remotas que hoje se desdobram na defasagem observada na aprendizagem dos estudantes, carecendo de políticas educacionais que possibilitem a escola reforçarem o ensino dos estudantes sem sobrecarregar mais os docentes. As escolas precisam ser equipadas com equipamentos de tecnologia digital da informação e comunicação, bem como o acesso à internet de qualidade por professores e estudantes.

Referências

- BAZZO, V. L. PNE e o Direito à Educação em Tempos de Pandemia. In: DOURADO, L. F. (org). **PNE, políticas e gestão da educação**: novas formas de organização e privatização. (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020.p. 35-51.
- BORGES, A. A. P.; JORGE, T. A. da S.; ARAUJO, S. C. L. G. de. Trabajo Docente, Desigualdades Educativas en la Pandemia y Desafíos Regionales en Brasil. In: OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E.; CLEMENTINO, A. M. (Org). **Trabajo docente en tiempos de pandemia**: una mirada regional latinoamericana. eBook (PDF) – Brasília, DF: Criatus Design e Editora, IEAL/CNTE/Red Estrado, 2021. P. 65-94. Disponível em: <https://tinyurl.com/rj49uddx>. Acesso em: 22 set. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 2 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, n. 23001.000334/2020 -21, p. 1 - 32, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p9pvp93>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Edição: 53; Seção: 1; p. 39. 18 mar. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2xye5cf5>. Acesso em: 2 mai. 2022.
- FERNANDES, W. de O. B.; PATRÍCIO, W. Q.; PATRÍCIO, N. C. Educação na pandemia: medidas tomadas no estado da Paraíba. **Rev. Augustus**, Rio de Janeiro, v.29, n.56, p. 108-120, jan./mar. 2022.
- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. GESTRADO/UFMG. **Trabalho docente em tempos de pandemia na Educação Básica**. 2020. 21 p. (Relatório Técnico). Disponível em: <https://tinyurl.com/7n8ak555>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- NEPOMUCENO, V.; ALGEBAILÉ, E. Educação Básica no Brasil, Trabalho Docente e Pandemia. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 193-212, 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, [S. l.], n. 127, p. 27-40, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020.

PARAÍBA. Secretaria de estado de educação, Ciência e Tecnologia. Portaria n.º 418, de 17 de abril de 2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da rede pública estadual de ensino da Paraíba, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do COVID-19, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**. João Pessoa, PB, n. 17099, p. 2. 18 abr. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/mj77pckf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PEIXOTO, E. M. de M.; BRANDÃO, A. F.; FILHO, E. do E. S.; FILHO, O. T. dos S.; LOPES, V. P. M. Crise do capital, crise sanitária, crise política – Notas de conjuntura e educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 30-73, dez. 2019.

SARAIVA, A. M. A.; NONATO, B. F.; BRAGA, D. S. Trabalho Docente na pandemia: uma análise do ensino remoto emergencial na Educação Básica. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.8, n.61, p. 302-317, out. 2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XXXI – N° 67 - janeiro de 2021. P. 36-49.*

SILVA, H. R. da. **A regulação do trabalho no Programa de Educação Integral da Paraíba**: a percepção dos docentes. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2022.